

**INVISIBILIDADE DE GÊNERO NOS PROCESSOS JUDICIAIS E
DESAFIOS PARA PESQUISAS EMPÍRICAS
GENDER INVISIBILITY IN LEGAL PROCEEDINGS AND
CHALLENGES TO EMPIRICAL RESEARCHES**

Giulia de ANGELUCCI¹

Giovanna Gabriela Moreira de OLIVEIRA²

Olívia Alves Gomes PESSOA³

Adriana Espíndola CORRÊA⁴

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

¹ Mestranda em Direito das Relações Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR), contemplada com bolsa do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação no Estado do Paraná (PDPG). Pós graduada em Advocacia no Direito Digital e Proteção de Dados pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Bacharela em Direito pela Universidade Positivo (UP). Advogada. giuliadeangelucci@gmail.com.

² Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-graduanda na Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná (Fempar). Graduada em Direito pela Universidade Positivo (UP). Integrante da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (CDH-UFPR) e Integrante do Observatório Legítimo na Universidade Positivo (UP).

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora Executiva do Centro de Pesquisa Jurídica e Social (CPJUS) da Universidade Positivo (UP). Supervisora Geral da Extensão Universitária da Universidade Positivo (UP). Supervisora do Centro de Pesquisa da Universidade Positivo (CPUP). Pesquisadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). olivia.pessoa@gmail.com.

⁴ Doutora em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculada ao Departamento de Direito Civil e Processual Civil, do Setor de Ciências Jurídicas. Advogada. adriana.correa@ufpr.br.

Resumo

As reflexões propostas neste estudo se desdobram a partir de percepções oriundas de duas pesquisas realizadas pelo Centro de Pesquisa Jurídica e Social da Universidade Positivo sobre diferentes violações de direitos das mulheres. As pesquisas investigaram processos judiciais de mães encarceradas e processos judiciais de feminicídios. Desses estudos, emergiu a reflexão sobre a invisibilização das mulheres cujos direitos estavam sendo discutidos, a partir da ausência de informações importantes sobre elas. Compreendendo os reflexos históricos do patriarcado sobre os direitos das mulheres e os enquadramentos da (re)vitimização feminina em processos judiciais, abre-se o questionamento das consequências do apagamento feminino nesses processos e de que forma a sua ausência atua como limitante às observações empíricas e no planejamento de políticas públicas e judiciárias desenhadas a partir destas observações.

Palavras-chave: Sistema judiciário; Direitos das mulheres; Desigualdade de gênero; Violência contra a mulher.

Abstract

The reflections proposed in this study unfold from perceptions arising from two surveys carried out by the Center of Legal and Social Research at Universidade Positivo on different violations of women's rights. The research investigated judicial processes of incarcerated mothers and judicial processes of femicides. From these studies, the invisibility of women whose rights were being discussed emerged, with the absence of important information about them. Understanding the historical reflections of patriarchy on women's rights and the frames of female revictimization in legal proceedings, opens up the questioning of the reflections of female erasure in these processes and how this absence acts as a limitation to empirical observations and public and judicial policy planning drawn from these observations.

Keywords: Judiciary system; Women's rights; Gender inequality; Violence against women.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A construção de normas jurídicas e políticas públicas de garantia de direitos e enfrentamento às desigualdades sociais e de violências contra grupos socialmente vulneráveis, exige a análise de características e circunstâncias concretas e específicas desses sujeitos. Essa demanda, entretanto, muitas vezes encontra obstáculos na própria lógica do mundo jurídico, que tende a tratar esses grupos com um olhar generalizante: de forma abstrata e universal.

O sujeito de direito, tal como formulado na modernidade jurídica, é pura abstração, um conceito técnico, embora com sentido político e ideológico, que traduz a imputação de direitos e deveres na ordem jurídica. Com a premissa de uma sociedade de indivíduos livres e iguais perante a lei, as condições sociais, econômicas e políticas da existência humana são afastadas do jurídico. Essa universalidade e abstração, garantia da igualdade formal dos indivíduos, é alheia às questões fundamentais para as lutas políticas e sociais contrárias a desigualdades, de diversas naturezas.

As lutas feministas são, nesse sentido, bastante representativas do embate entre a abstração dos sujeitos políticos e de direito e as demandas e condições concretas das mulheres, voltadas à construção de uma maior igualdade de gênero. É o que destacaram, na década de 1990, S. Corrêa e R. Petchesky: "Ativistas e teóricas feministas têm questionado a universalidade abstrata, o formalismo, o individualismo e antagonismo presentes na linguagem dos direitos.". Disso decorre a necessidade de "... reconhecer os portadores de direitos, em suas identidades múltiplas e autodefiníveis, incluindo gênero,

classe, orientação sexual, raça e etnicidade."(1996, p.154-155).

A inserção da questão de gênero dentro do direito, está diretamente vinculada a conquistas conjunturais na área do trabalho, da saúde, da educação, entre outras. As próprias ações internacionais e nacionais, que vão desde as Convenções Interamericanas até às políticas públicas (como programas de conscientização e auxílio), ainda são os principais pilares para maior disseminação da igualdade de gênero.

A conquista de direitos e de políticas de fomento da igualdade de gênero, entretanto, passa, absolutamente, por reconhecer, compreender e enfrentar a história da violência contra a mulher; um tema latente, apesar de não ser novo. O processo de construção da sociedade contemporânea veio acompanhado de narrativas e práticas misóginas, machistas e excludentes. O campo jurídico, reflexo do lastro social, carrega esses grandes conflitos de gênero, na medida em que o Direito corresponde a um campo de relações de poder dentro da sociedade (Igreja, 2017).

Seja em relação à promoção de políticas públicas de igualdade de gênero, seja no enfrentamento das violências de gênero, requer-se a compreensão das condições concretas vivenciadas pelas mulheres, o que aponta para a enorme importância de dados disponíveis para pesquisas empíricas que possam embasar a formulação e execução dessas alterações normativas e de políticas voltadas a sua efetiva implementação.

Neste artigo, analisamos resultados de duas pesquisas empíricas

realizadas no Centro de Pesquisa Jurídica e Social da Universidade Positivo (CPJUS) no Judiciário do Estado do Paraná acerca de processos envolvendo mães encarceradas e feminicídios. Nessas pesquisas, a pequena quantidade de informações a respeito das mulheres sobre as quais os processos versavam indica a invisibilidade destas perante o processo judicial e decisório, além de limitar as inferências que podem ser retiradas de pesquisas em processos.

Esses dados, ausentes ou incompletos, dificultam a compreensão dos problemas enfrentados e aprofundam o processo de invisibilização feminina. A questão que permanece é: como pensar em políticas públicas e judiciárias voltadas às situações de violação de direitos das mulheres, quando faltam informações sobre essas mulheres?

O sistema de opressões marcado pela sociedade patriarcal pauta-se na supressão dos direitos e na invisibilização feminina, estendendo seus lastros ao poder decisório sobre a tutela de seus direitos (Davis, 2018). A discussão, portanto, iniciará com aportes às fissuras históricas da invisibilização feminina na sociedade, perpassando a estrutura das relações sociais perpetuadoras da violência e da desigualdade de gênero.

Em seguida, alguns avanços trazidos legislativamente serão analisados, de maneira a relacionar a construção histórica da proteção das mulheres. Contudo, a promulgação de leis repressoras das violências não basta, tendo em vista os altíssimos índices de violência contra as mulheres no Brasil. Por isso, busca-se relacionar a ausência de dados sobre as mulheres envolvidas nesse

processo (tanto no papel de réus como de vítimas), a invisibilização das questões de gênero e a ausência de dados confiáveis para formulação de políticas públicas e judiciárias e a revisão de práticas do sistema de justiça que reforçam as violências de gênero.

Serão abordadas, na sequência, as pesquisas realizadas no Estado do Paraná, apresentando a ausência de informações nos processos. Partindo dessa ausência, inferem-se as limitações sistemáticas trazidas às políticas públicas e judiciárias de proteção às mulheres e aos estudos sobre estas violências, com reflexões acerca do silenciamento feminino.

2. A MULHER E A SOCIEDADE PATRIARCAL: FISSURAS DA HISTÓRIA DE SUA INVISIBILIDADE⁵

As relações patriarcais de gênero substanciam uma diferenciação entre homens e mulheres em categorias sociais com maior e menor poder (Facio, 2009). Essa desproporcionalidade é inserida na sociedade através das relações de dominação e submissão, construídas a partir de comportamentos culturais, os quais trazem definições de papéis, dentre eles, o masculino visto como o lado preponderante, racional e dominador. E o feminino mais frágil e domesticável, sendo, neste caso, a violência de gênero respaldada em um discurso racionalista (Bourdieu, 2005).

⁵ Sobre a história dessa invisibilidade: Perrot, 2001.

Para Michelle Perrot (2001), um dos principais fatores responsáveis pelo silenciamento das mulheres era a atuação concentrada no ambiente familiar. Isso fez com que a atuação feminina abdicasse de várias liberdades importantes, deixando de lado uma parte significativa da história dessas mulheres, uma vez que “o silêncio mais profundo é o do relato”, e “o relato da história diz respeito, eminentemente, ao espaço público - ocupado majoritariamente por homens” (Perrot, 2007, p. 17).

Para além do machismo socialmente instaurado, o racismo estrutural e o discurso hegemônico da supremacia branca, acarretam na potencialização das opressões impostas sobre as mulheres negras. Carneiro defende que o racismo é um dos fatores mais determinantes para a hierarquia de gênero, o que, conseqüentemente, torna as mulheres negras ainda mais vulnerabilizadas:

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (Carneiro, 2011, p. 02).

A ideia de raça promove a resignificação das formas de dominação (Castilho, 2013). As noções europeias sobre o patriarcado, expandidas por meio da colonialidade do poder, serviram não somente para propagar pensamentos hegemônicos que racionalizem, classifiquem e patologizem o comportamento das mulheres, mas também para invisibilizar ainda mais mulheres pretas,

analfabetas e pobres (Grosfoguel, 2008). A partir disso, compreende-se que a mesma manifestação opressora e patriarcal que ratifica a desigualdade de gênero, se ampara diretamente nas expressões do discurso colonizador.

Nesse sentido, assimilar a perspectiva decolonial, articulando a “criação da raça como produto da colonialidade europeia na América Latina” (Magalhães Gomes, 2018a, p. 69), possibilita a análise das extensões de gênero e raça, não se restringindo somente a ideia binária de que há uma única forma de dominação ou que o patriarcado é um conceito estático e universalizado (Magalhães Gomes, 2018a).

As implementações legislativas acerca dos direitos das mulheres seguiram um percurso que acabou legitimando discursos desqualificadores de gênero. As primeiras normas que foram criadas no Brasil, não apenas ignoraram as atividades políticas e sociais das mulheres, mas também as colocavam em situações de risco e vulnerabilidade (Hobsbawm, 2002). Ao se analisar casos de feminicídios e violências domésticas, percebe-se a naturalização dessa prática criminosa, em especial, como o discurso da honra e da dignidade do homem pundonoroso são utilizados para corroborar e minimizar os ataques contra as mulheres (Mathews; Jewkes; Abrahams, 2015; Meneghel; Margarites, 2017; Caicedo-Roa *et. al.*, 2019). Grande parte das terminologias e dos posicionamentos adotados por legisladores penais repercutiram os pensamentos tradicionais, que se respaldavam em nomenclaturas como a “honra” e a “virgindade” (Beauvoir, 2009, p. 879).

Nesse mesmo aspecto, o Código Penal de 1940 reforçava a ideia de um padrão de comportamento em que as mulheres consideradas como “honestas” deveriam ter a atenção do Estado enquanto protetor de direitos, mas por outro lado, aquelas vistas como “desonestas”, tendiam a se enquadrar em uma conduta delitativa e não mereciam a mesma dedicação para resguardar sua proteção (Nucci, 2002). Além disso, o art. 213 deste Código Penal, ao tratar do crime de estupro, estatuiu a impossibilidade de o marido cometer estupro contra própria esposa, pois a conjunção carnal era uma das obrigações do casamento, deste modo, incidiria excludente de ilicitude caso houvesse denúncia da vítima contra o seu cônjuge (Hungria, 1980).

Com o desenvolvimento dos direitos humanos e a busca pela igualdade de gênero, despontaram as aproximações e acompanhamentos de normativas internacionais. É o caso da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também denominada “Convenção de Belém do Pará”, e o caso da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), referente ao atendimento da mulher vítima de violência sexual e doméstica. Esses são alguns dos vários exemplos que contribuiriam com maior atenção dada à perspectiva de gênero dentro do sistema judiciário, mas grande parte dessas novas perspectivas dependem do compasso das ações do Estado para que efetivamente sejam alcançadas as dimensões dos direitos relativos à igualdade feminina dentro do sistema normativo.

Nesse aspecto, pauta-se a universalidade desses direitos, pois deve haver um certo cuidado para que o relativismo e o universalismo não deixem de lado as especificações do sujeito de direito, cada qual com sua peculiaridade e particularidade, principalmente em se tratando de grupos sociais em vulnerabilidade. Nesse sentido:

[...] Falar em Constituição, em direitos fundamentais e em sua interpretação é tocar, de algum modo, no embate universalismo/individualismo [...] A existência dele não é problema, estar na fronteira é o que defendo: não há no constitucionalismo consenso possível, mas o exercício de um dissenso expansivo (Magalhães Gomes, 2018b, p. 357).

Desse modo, entende-se que os direitos das mulheres carregam consigo um entrelaçado de relações distintas, que na prática servem como combustível para construção e para o exercício dos espaços econômicos, políticos, culturais e sociais. Para Herrera Flores (2005), o direito não necessariamente traz uma interpretação universalista e hegemônica, mas pode ser compreendido como “processos e práticas de luta”. A partir disso, são reconhecidas identidades diversas que deixam proeminente o papel do gênero, da luta do movimento feminista, da diversidade racial, sexual e étnica, propiciando novas formas de participação feminina dentro do espaço democrático de direito.

É necessário, assim, pautar as análises e construções jurídicas partindo de uma perspectiva de gênero construída a partir da mulher (Facio, 2009), compreendendo os mecanismos de dominação e de submissão engendrados na sociedade, possibilitando a percepção da complexa estrutura que perpetua as

violações aos direitos das mulheres e dando visibilidade às diferentes manifestações desse sistema.

3.VIOLÊNCIAS INSTITUCIONAIS E A INVISIBILIDADE FEMININA

As conquistas legais de proteção aos direitos das mulheres, fizeram com que casos de violências fossem identificados, denunciados e punidos. Algumas tentativas legislativas já foram implementadas a fim de coibir crimes ou atitudes violentas que sejam praticadas pelos agentes públicos, como no caso da Lei nº 13.505 de 2017, que acrescentou os artigos 10-A, 12-A e 12-B, na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)⁶. Esses dispositivos expressam as formas adequadas de atendimento à vítima, como o direito da vítima ao atendimento pericial especializado e ao atendimento policial, de modo que tenha acesso a agentes que sejam capacitados para esse acolhimento, preferencialmente do sexo feminino. Foram adicionadas, também, algumas cautelas referentes à inquirição da testemunha e das vítimas de crimes de violência doméstica contra

⁶*In verbis*: Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados. Art. 12-A. Os Estados e o Distrito Federal, na formulação de suas políticas e planos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, darão prioridade, no âmbito da Polícia Civil, à criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), de Núcleos Investigativos de Feminicídio e de equipes especializadas para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher. Art. 12-B,§ 3º A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes.

mulher, tal como a garantia da salvaguarda, a coibição da revitimização e do contato direto da vítima, familiares ou testemunhas com os investigados.

Porém, para que essas normas sejam eficazes, necessita-se que o Judiciário reconheça as peculiaridades dos processos que envolvem violações destes direitos, atuando de forma a garantir o devido processo legal e evitar a invisibilidade feminina.

Existem formas de violências que nem sempre são tão salientes. Há alguns simbolismos na violência de gênero que tornam essas atitudes menos óbvias, mas que por outro lado são responsáveis por consequências drásticas no processo de violações de direitos humanos e da mulher, como é o caso da violência institucional.

A violência institucional é aquela praticada por instituições, sejam elas públicas ou privadas, em decorrência de ações de violência consumada, incluindo a omissão, proferidas por agentes prestadores de algum tipo de serviço. Essas práticas podem ser analisadas através de vários cenários, como no ingresso dentro do próprio processo judicial. É o caso da morosidade em decorrência do aumento de judicialização das demandas e as desconfiças por parte dos agentes na hora da coleta dos depoimentos da vítima (Souza; Dib Táxi, 2022).

Nesse último aspecto, por vezes, há uma falta de sensibilidade por parte dos agenciadores que expõem a mulher a ressuscitar o episódio traumático por mais de uma vez. Além disso, é comum que a vítima acabe assumindo um papel

de “ré”, por ter que convencer a veracidade do seu depoimento reiteradamente. Esses episódios acabam silenciando as mulheres, pois a postura inquisitorial forceja moldar as suas narrativas, ignorando as diferentes formas de linguagem e as (re)interpretações do tempo ocorrido:

Quando as mulheres chegam até a justiça para denunciar uma violência sofrida precisam narrar o ocorrido, ela precisa contar o que lhe ocorreu e aqui já ocorre a primeira violência por parte do Direito, pois a linguagem jurídica estabelece desde quando o fato se torna relevante e quais elementos são importantes para tipificar condutas. Isso sem contar a infeliz e usual desconfiança de seu relato pelos homens que lidam com o processo. Sempre que tenta contar uma história, é tolhida e forçada a contar apenas “o que interessa”, cindindo assim temporalmente e linguisticamente o acontecido. (Souza; Dib Táxi, 2022, p. 05).

A partir desses percalços, identificam-se as possibilidades de interferências que o sistema regulador de justiça possa causar dentro do processo judicial. Sciammarella (2017), ao analisar decisões jurisprudenciais em casos de violência doméstica, demonstrou que os juízes tendem a criar uma interpretação pessoal do conceito de "violência", preterindo apontamentos feitos por equipes multidisciplinares e dando maior espaço a uma padronização de comportamentos que auxiliem nas tomadas de sua decisão.

[...] se a LMP propõe as relações íntimas entre homens e mulheres como de poder, e a violência contra a mulher como resultante da forma historicamente desigual, em suas decisões os atores do sistema de justiça buscam relacionar o conceito de gênero com categorias já conhecidas pelo universo jurídico como a ideia de hipossuficiência. (Sciammarella, 2017, p. 56).

Em consonância a isso, em pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça (2014), referente a processos nos quais mulheres foram vítimas de feminicídio, houve a mesma reprodução de estereótipos misóginos pelos agentes que atuaram ao longo do processo judicial, uma vez que acabaram descontextualizando a violência de gênero:

O estudo dos processos judiciais revela a importância de medidas voltadas à conformidade das práticas dos atores do sistema de justiça a padrões mais adequados ao tratamento da violência de gênero. Nota-se, de modo geral, um cenário de recalcitrância à compreensão das mortes das mulheres como produto da desigualdade no exercício do poder. Percebeu-se que as reconstruções dos fatos no interior do sistema de justiça criminal, resultante da atuação de distintos atores (defensores, advogados, promotores, juízes, vítimas, testemunhas) no curso do processo, acabaram em sua maioria descontextualizadas da violência de gênero e do machismo embutido no ato de matar (Machado, p.65).

Ainda assim, são inúmeros os casos de ineficiências e agressões praticadas dentro do sistema de justiça, não se restringindo somente ao processo judicial, mas também na hora do atendimento, da denúncia e na falta de acesso a informações sobre e para as mulheres. A vista disso, conforme o Relatório “O poder judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres” do Conselho Nacional de Justiça:

A ausência de informações às mulheres é o padrão encontrado nas demais unidades pesquisadas. No geral, as mulheres não distinguem as etapas do processo, o objetivo e as implicações de cada fase, o que podem ou não esperar. Geralmente, até o momento da primeira audiência, as únicas informações que elas receberam são aquelas fornecidas na delegacia. Ao mesmo tempo, nem sempre as

informações que são transmitidas nas audiências são esclarecidas e suficientes. [...] há que se constar que, nas mesmas unidades em que se realizam estas práticas, não foi verificada preocupação com o fornecimento de informações sobre outras etapas processuais. As mulheres entrevistadas após suas audiências de instrução saem desinformadas da audiência, algumas delas mostraram-se aflitas com os possíveis resultados. (2019, p.103)

Essas negligências institucionais acabam por provocar novos danos nas vítimas, o que ratifica outras formas de opressão e invisibilidade. Em virtude disso, deveria o Estado não somente criar políticas públicas para melhorar a capacitação desses agentes que lidam diretamente com mulheres em situação de vulnerabilidade, mas também garantir mecanismos que previnam essas agressões, além de tornar efetivas as punições aos agressores. Assim, respaldam as autoras Jardim e Paltrinieri:

O conhecimento pelos profissionais de como se estrutura a rede, de como se dá a atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade-objetivando ampliar e otimizar a qualidade do atendimento; a identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência, e o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção (2018, p. 69).

Embora a promulgação de legislações que tutelam os direitos das mulheres seja um fator importante na repressão das violências, a tipificação é insuficiente para protegê-las. Dados do Atlas da Violência de 2021 (IPEA; FBSP, 2021) apontam que em 2019 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil, uma taxa de 3,5 vítimas para cada 100 mil mulheres, sendo que 66% das vítimas eram mulheres negras. O painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos

Humanos (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2022) registrou, apenas no segundo semestre de 2022, 47.949 denúncias de violência contra a mulher e identificou 278.570 casos dessa mesma violência.

Dados coletados pelo Mapa da Violência de Gênero, mantido pela organização Gênero e Número (2019), indicam que o Paraná está entre os cinco Estados brasileiros com maior quantidade de legislações sobre violência contra a mulher. Dos 48.540 casos de violência física registrados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) nesse estado, 70% das vítimas eram mulheres. Como em todos os Estados da região Sul, o número de mulheres brancas vitimadas foi superior ao número de mulheres negras. Porém, dados divulgados pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), indicam que o Paraná foi o Estado com o maior número de mulheres negras assassinadas a cada 100 mil habitantes em 2016 (Gênero e Número, 2019).

Isso aponta a insuficiência das legislações para coibição destes crimes e implica também a insuficiência das políticas públicas e judiciárias vigentes para proteção das mulheres. Ademais, não se descarta a cifra oculta de violações não denunciadas, situação agravada com as medidas sanitárias de contenção a pandemia de COVID-19 na qual houve “redução nos boletins de ocorrência e na distribuição e concessão de medidas protetivas de urgência, principal instrumento de proteção da mulher em situação de violência” (Marçal; Souza, 2021, p. 188), em razão do confinamento domiciliar que enclausurou as mulheres junto de seus agressores e dificultou o acesso aos canais de denúncia.

Ao abordar os limites da resposta estatal, é preciso atentar para o fato de as mulheres não vivenciam em igual proporção essa violência. Nesse sentido, cumpre relembrar a lição de Facio (2009) ao compreender o fenômeno legal como fruto da conjugação dos componentes formal-normativo, estrutural e político-cultural. Quando se trata da perspectiva punitivista em torno da legislação, o racismo carrega seus principais alicerces e a violência de gênero atinge em grande potência as mulheres negras (Flauzina, 2015).

Lugar por excelência de violação de direitos básicos, a prisão e as políticas prisionais foram constituídas com enfoque na população carcerária masculina, longe de preocupações com as necessidades mínimas das mulheres presas e negligenciando a estruturação da maternidade no contexto prisional (Braga, 2015). São frequentes os relatos de violências sexuais, torturas físicas e condições desumanas de sobrevivência (Amnesty, 2007).

É nesse quadro que se faz necessário o desenvolvimento de pesquisas empíricas, com recorte de gênero, em uma perspectiva interseccional, que possam explicitar os principais obstáculos para dar efetividade a essas legislações protetivas e estabelecer políticas públicas para evitar a invisibilidade das mulheres no sistema de justiça. Os próprios processos judiciais podem servir de uma importante fonte de informações para formulação de novas políticas e revisão de práticas.

Para tal, no entanto, é preciso que esses dados relativos à gênero, raça, condições socioeconômicas, escolaridade, situação familiar, dentre outros

estejam presentes nesses processos. Entretanto, nas pesquisas empíricas a seguir analisadas, fica evidente a deficiência desses dados, que não só impactam na própria tomada de decisões judiciais, com viés de gênero, mas também limitam as potencialidades de resultados de pesquisas, capazes de orientar decisões políticas sobre essas questões.

4. METODOLOGIAS ADOTADAS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DAS PESQUISAS

Os apontamentos aqui realizados são embasados na análise de referências bibliográficas e pesquisas realizadas com recorte de gênero e sobretudo pelas impressões e perspectivas surgidas a partir de dois estudos empíricos realizados no Centro de Pesquisa Jurídica e Social da Universidade Positivo. Trata-se de pesquisas feitas com perspectiva de gênero relacionadas aos direitos das mulheres.

O primeiro estudo abordado é a análise de fluxo processual feita em 177 processos de mães privadas de liberdade na Penitenciária Feminina do Paraná em novembro de 2018 (Gomes *et al.*, 2021; Angelucci *et al.*, 2021; Kuster, Angelucci; Pessoa, 2021; Kuster, Angelucci; Pessoa, 2020). Em seguida, será apresentada a análise de fluxo processual feita nos processos de feminicídios cuja decisão de pronúncia foi proferida entre 2017 e 2019 também no Paraná (Angelucci; Pessoa, 2021; Angelucci; Queluz; Pessoa, 2020; Gomes *et al.*, 2021).

4.1 MULHERES MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE NA PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ

O Estatuto da Primeira Infância, Lei nº 13.257/2016, promoveu, dentre outras, alterações nos arts. 6º, 185, 304 e 318 do Código de Processo Penal. Para os fins deste artigo, destacam-se as alterações feitas no art. 6º e no art. 318⁷. Ao art. 6º do CPP foi acrescido o inciso X, dispondo que a autoridade penal, ao tomar conhecimento da prática delituosa, deverá colher informações acerca da existência de filhos(as) e, havendo filhos(as), seus nomes, idades, existência de deficiências e contato da pessoa responsável por seu cuidado. Já o art. 318 passou a prever que a prisão preventiva pode ser substituída por prisão domiciliar caso a mulher esteja gestante ou possua filhos de até doze anos de idade incompletos ou, ainda, caso seja imprescindível aos cuidados de indivíduos com deficiência.

Esse estudo teve sua origem após a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito do Habeas Corpus Coletivo nº 143.641/SP impetrado em favor “das mulheres submetidas à prisão cautelar no Sistema

⁷ *In verbis*: “Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá: X - colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa. Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; IV - gestante; V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;”.

Penitenciário Nacional, que ostentam a condição de gestantes, puérperas ou mães com crianças com até doze anos de idade sob sua responsabilidade” (Almeida *et al.*, 2017).

O entendimento firmado pelo STF foi de que a prisão cautelar deveria ser, via de regra, substituída pela prisão domiciliar, exceto nos casos em que o crime tenha sido cometido sob violência ou grave ameaça, contra seus filhos ou dependentes, ou em casos excepcionalíssimos⁸. Partindo disso, a pesquisa teve o objetivo de averiguar os efeitos dessa decisão nos processos em curso no Estado do Paraná quando a ré fosse uma mulher que se enquadrasse no perfil tutelado nesse HC Coletivo.

O que mais chama atenção nesse estudo é a falta de informação no processo judicial sobre a maternidade dessas mulheres privadas de liberdade na penitenciária feminina de Piraquara. Na maior parte dos processos, em nenhum momento é discutida a questão das crianças deixadas por essas mulheres ao irem para o cárcere. Em um país no qual as mulheres são as principais provedoras das atividades de cuidado de crianças e idosos, a não discussão dessa questão pelo Poder Judiciário reflete a invisibilidade da questão de gênero no processo judicial brasileiro.

No primeiro momento a pesquisa foi desenhada por meio de método

⁸ Similar disposição foi estabelecida no art. 318-A do Código de Processo Penal, instituída a partir da Lei nº13.769/2018, veja-se: “Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente”.

quantitativo, uma vez que se partiu do pressuposto que seria possível realizar análise processual a partir da informação sobre a maternidade dentro dos processos de mulheres privadas de liberdade da Penitenciária Feminina do Paraná. No entanto, diante da falta dessa informação foi necessário mobilizar a autodeclaração de mulheres que estavam na Penitenciária Feminina do Paraná (PFP) em novembro de 2018. No total, foram analisados 177 processos referentes a 190 mães.

Esses processos estavam em diferentes momentos processuais, visto que o recorte metodológico não partiu de um marco processual, mas do levantamento dos processos das mulheres que afirmaram ser mães. Dessa forma, houve processos ainda na fase do inquérito policial, em meio a ação penal e em fase de execução da pena.

A coleta de dados foi feita por meio do preenchimento de um formulário por mulher, assim, mesmo nos processos que versavam sobre mais de uma ré, obtivemos um formulário com as informações de cada mulher. Este formulário conteve 79 perguntas, que perpassam pela circunstância da prisão, características do crime, perfil socioeconômico da mulher, trâmite processual e execução da pena. As respostas a estas perguntas foram convertidas em uma base de dados e é a partir do tratamento desta base de dados que as informações abaixo apresentadas foram alcançadas. Aqui, será feito um recorte para focar nas informações relativas ao perfil socioeconômico das mulheres e às informações não localizadas nos processos.

No que concerne a profissão exercida pela mulher antes de sua prisão, 66% dos autos não indicaram esta informação, 6% estavam desempregadas, 4% eram diaristas, 3% donas de casa, 2% garotas de programa e 2% cabeleireiras. 17% exerciam profissões diversas e que não se repetiram nenhuma vez, sendo, portanto, agrupadas em um só grupo. Quanto à escolaridade, 37% possuíam apenas o ensino fundamental incompleto, 27% não tinham essa informação nos autos, 15% não concluíram o ensino médio, 9% concluíram o ensino fundamental, 8% tinham ensino médio incompleto, 2% eram alfabetizadas e 1% eram analfabetas.

A informação sobre o perfil racial adveio, na maioria dos processos, do auto de prisão, não necessariamente tratando-se de informação autodeclarada, mas da cor que lhes foi atribuída no momento da lavratura do auto. Constatou-se que 47% foram declaradas como brancas, 32% pardas, 14% não tiveram indicação de cor, 6% pretas e 1% amarela. O campo sobre a existência de alguma deficiência na mulher presa apresentou o maior índice de ausência de informações, 62% não tinham a informação nos autos, 35% foram consideradas “aparentemente sem deficiência” pela autoridade policial e 3% não possuíam nenhuma deficiência.

Ao investigar a quantidade de filhos de cada mulher nos autos processuais, obteve-se uma média de dois filhos. Sendo que 21% tinham dois filhos, 19% um filho, 17% três filhos, 6% quatro filhos, 4% seis ou mais filhos e 2% cinco filhos. A informação de que as mulheres sobre as quais estes processos

versavam eram mães veio de declaração feita pelas próprias mulheres em levantamento realizado pela Diretoria da Penitenciária, entretanto 31% das análises processuais identificaram que os processos não faziam nenhuma menção à existência desses filhos.

Nos autos que apontaram a existência de filhos, 34% tinham entre 01 e 06 anos de idade, 28% entre 07 e 12 anos, 15% eram menores de 01 ano e 7% das mulheres estavam grávidas. Portanto, 84% enquadravam-se, em tese, na hipótese do art. 318, III e V, do Código de Processo Penal. Já as outras 16% mulheres tinham filhos com 12 anos completos ou mais. No que diz respeito ao estado civil da mulher no momento de sua prisão, 44% eram solteiras, 25% conviviam em união estável, 20% não tinham essa informação, 9% estavam casadas e 2% eram separadas ou divorciadas.

Ao investigar a existência de outra pessoa responsável pelo cuidado com essas crianças, constatou-se que apenas 27% dispunham de alguém para compartilhar a responsabilidade pela criança, ao passo que 7% eram as únicas responsáveis e 66% não apresentaram nenhuma informação sobre o cuidado com a criança. Já quanto a quem ficou responsável por exercer este dever de cuidado durante o período no qual a mulher encontra-se privada de liberdade, 19% eram cuidadas pelos avós, 7% estavam sob os cuidados de algum outro parente, 4% pelo marido ou convivente da presa, 3% estavam em abrigos estatais, 3% ficaram com algum conhecido da presa, 1% estavam com o pai biológico, 1% mães relataram não saber do paradeiro da criança, 1% ficou em

um hospital e 61% não traziam nenhuma informação sobre isso nos autos.

Por fim, além da invisibilidade da maternidade de mulheres em privação de liberdade, o que pode acarretar a falta de assistência e cuidados às crianças, filhos e filhas dessas mães. A falta dessa informação dentro do processo impacta mais ainda, no acesso à direitos dessas mulheres, que poderiam ser beneficiadas pelo Habeas Corpus Coletivo nº 143.641/SP e terem a prisão cautelar substituída pela prisão domiciliar.

4.2 PROCESSOS DE FEMINICÍDIO NO PARANÁ

O termo femicídio foi utilizado pela primeira vez em no Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas, Bélgica, em 1976, pela ativista Diana Russel, não se restringindo, porém, apenas ao homicídio, abarcando, também “qualquer morte que decorra do gênero, seja na violência doméstica, seja na violência sexual anônima, no aborto clandestino, na mutilação genital, na mortalidade materna, no tráfico de mulheres” (Diniz; Costa; Gumieri, 2015, p. 02).

Com a promulgação da Lei nº 13.104/15, o art. 121 do Código Penal foi alterado passando a contemplar o feminicídio⁹ como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Conforme os delineamentos trazidos por essa lei,

⁹ Há utilização de ambas as terminologias feminicídio e femicídio, a adoção têm sua variância principalmente ao nos países latino-americanos, o legislador brasileiro adotou o termo “feminicídio” em sua tipificação.

considera-se feminicídio o homicídio cometido contra mulher em razão de sua condição de mulher, englobando os casos de violência doméstica e familiar (feminicídio íntimo) e de menosprezo e discriminação a condição de mulher (feminicídio não íntimo).

Esse estudo objetivou compreender o tratamento processual adotado nos casos de feminicídio do Estado do Paraná e, a partir disso, buscar compreensões sobre como, onde e porque morrem mulheres no Paraná. Bem como verificar a efetividade das medidas estatais que visam prevenir ou remediar as situações de violência contra mulheres. Foram selecionados apenas os processos nos quais o réu já havia sido pronunciado e que não fossem classificados como segredo de justiça ou que tivessem vítima menor de 18 anos.

A metodologia adotada foi a quantitativa e utilizando-se a técnica de análise processual em um universo de 147 processos, nos quais buscou-se traçar o perfil socioeconômico da vítima e do acusado, averiguando se havia um relacionamento entre eles e quais as circunstâncias desse relacionamento. Também foram analisadas questões relativas ao local onde o crime aconteceu, as motivações que levaram a esta ocorrência e a forma como o feminicídio ocorreu, no ímpeto de averiguar se o crime decorre de uma violência contínua ou não.

Com base nas respostas obtidas na coleta, criou-se um banco de dados para posterior análise. Em 41% dos processos, o júri popular já havia sido realizado, dos quais 98% resultaram em sentença condenatória para o réu. Além disso, em 97% dos casos a vítima possuía algum vínculo afetivo com o acusado.

Sendo que, dos casos em que existia vínculo, 50% eram companheiros, 39% eram ex-companheiros e 3% possuíam vínculo de parentesco (filhos, pais, primos). Assim, observa-se que 92% das mulheres foram vítimas do feminicídio dentro de seu núcleo familiar, mostrando que a violência transcorre majoritariamente no ambiente doméstico.

A disparidade entre crimes tentados e consumados é pequena, sendo 45% na modalidade tentada e 55% que alcançaram a consumação. É importante notar que 22% das vítimas possuíam medida protetiva contra o acusado. Todavia, 69% sofriam alguma forma de violação no seu cotidiano, reafirmando a natureza íntima da violência de gênero aqui estudada.

O levantamento dos dados indicou que, no que tange à cor/raça da vítima, conforme indicado no boletim de ocorrência, em 47% dos casos as vítimas eram brancas; 32% eram pardas; 4% eram pretas; 1% amarelas; e em 16% dos casos, essa informação não constava no processo. No quesito de vulnerabilidade da vítima por ter alguma deficiência ou doenças degenerativas, constatou-se que 2% das vítimas apresentavam alguma dessas condições e 48% não; em 50% dos casos, todavia, essa informação não constava foi abordada nos autos processuais.

A escolaridade da vítima não foi informada em 73% dos processos, 8% tinham ensino fundamental incompleto, 7% ensino médio completo, 6% ensino fundamental completo, 3% ensino médio incompleto, 1% ensino superior incompleto, 1% ensino superior completo, 1% eram analfabetas. Quanto à

profissão da vítima, em 48% dos processos não traziam essa informação, 13% das vítimas foram classificadas como “do lar”, 6% como diaristas, 5% como desempregadas, 4% como estudantes, 3% como agricultoras, 3% vendedoras e 18% possuíam outras profissões diversas e que não se repetiram, sendo, portanto, agregadas em uma única categoria.

Sobre a renda familiar da vítima, aferiu-se que em 5% dos casos, a renda era de até 2 salários-mínimos (equivalente a R\$1.996,00, na época da pesquisa); porém, em 95% dos casos analisados, essa informação não constava no processo. No que se refere a dependência financeira da vítima em relação ao acusado, observou-se que em 35% dos casos a vítima não possuía tal dependência e que em 12% a vítima era financeiramente dependente; em 53% dos casos essa informação não foi apresentada no processo.

Quanto à existência de filhos, 37% das vítimas tinham filhos com o acusado, 27% tinham filhos de outros relacionamentos, 13% tinham filhos com o acusado e de outro relacionamento também, 16% das vítimas não tinham filhos e em 7% dos casos essa informação não foi encontrada.

No tocante a idade dos filhos, em 49% dos casos eram crianças de 0 a 11 anos de idade; 22% eram crianças/adolescentes entre 12 e 17 anos; 18% eram filhos com 18 anos ou mais e, em 11% dos casos, essa informação não constava no processo. Também com relação aos filhos, constatou-se que em 42% dos casos, os filhos já presenciaram atos de violência praticados pelo acusado contra a vítima; em 21% dos casos os filhos não presenciaram e em 37% a informação

não constava no processo.

Sobre a existência de conflitos entre a vítima e o acusado com relação à guarda dos filhos, visitas ou pagamento de pensão, em 94% dos casos percebeu-se que isso não ficou evidenciado no processo e que em 6% foi possível identificar algum desses conflitos. Percebeu-se que, no que se refere a existência de medidas protetivas em favor da vítima contra o acusado, em 22% dos casos as vítimas tinham tais medidas e que em 22% não; em 25% não foi possível identificar essa informação no processo. Constatou-se com o levantamento dos dados que em 69% dos casos, as vítimas não ficaram acolhidas na casa da mulher ou instituição análoga e que 31% não foi possível identificar essa informação.

Dentre os dados obtidos por intermédio desta pesquisa, chama atenção a grande quantidade de informações não dispostas nos autos processuais, como é o caso do perfil da vítima e do acusado, apontando uma invisibilidade destes atores por parte do Poder Judiciário. O problema dessa invisibilidade está atrelado sobretudo à impossibilidade de o Estado brasileiro dar respostas à violência contra mulher que transcenda apenas o caráter punitivo dos agressores, uma vez que esse tipo de violência exige o desenvolvimento de ações e políticas contínuas de proteção às mulheres vítimas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FALTA DE INFORMAÇÕES DE MULHERES NO SISTEMA JUDICIÁRIO E O IMPACTO NA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E JUDICIÁRIAS

Os casos de violências de gênero são cada vez mais noticiados pela mídia e evidenciam uma realidade cruel: que há um aumento trágico de homicídios e tentativas de homicídios contra mulheres no Brasil. Principalmente na pandemia, as mulheres acabaram se afastando dos canais de denúncia e das redes de proteção, gerando um aumento na cifra oculta da violência doméstica (Marçal; Souza, 2021).

Há ausência de informações de quem seriam essas mulheres vítimas de violências e, ainda, qual é a situação em que elas se encontram, qual seu ambiente profissional ou sua extensão familiar. Isso ocorre justamente pela falta de contabilizações e considerações que podem vir tanto da via da segurança pública, como da área da saúde e jurídica. A vista disso,

A ausência de dados, de contextualização de onde vem essa mulher, da situação dela, tem um impacto nessa construção narrativa ao longo do processo que faz, muitas vezes, que o próprio sistema de justiça reforce uma narrativa machista e patriarcal dentro do processo. E isso pode ter impacto, às vezes, na pena (Pessoa, 2021).

Dentre os dados obtidos por intermédio dessas pesquisas, chama atenção a grande quantidade de informações não dispostas nos autos processuais, pois como pensar em políticas públicas que assegurem a proteção dos direitos das mulheres quando não é possível traçar o perfil das mulheres titulares destes direitos? Como consequência disso, eventuais políticas traçadas para coibir a perpetuação destas violências podem deixar de ponderar

importantes fatores sociais, desconsiderando dados que auxiliam na compreensão dos contextos nos quais estas violências estão inseridas e das circunstâncias nas quais elas se apresentam de forma mais latente.

No que diz respeito ao encarceramento feminino, as mulheres passam por várias exclusões, como a falta de acesso à saúde básica dentro da prisão, bem como o seu distanciamento do núcleo familiar, que as tornam incapazes de cuidar de seus filhos (Braga; Angotti, 2015). Não poucas vezes, as informações dessas mulheres também são deixadas de lado, invisibilizando a situação real que elas estão passando.

As lacunas de informações, que sequer mapeiam de forma oficial - como e qual - a situação de vida dessa mulher presa, implicam dificultam a formulação de políticas voltadas a garantir, de forma efetiva, que essas mulheres e seus dependentes tenham acesso aos seus direitos.

Um forte limitante encontrado nas pesquisas aqui apresentadas é a ausência de autodeclaração das informações de cor e de existência de deficiência. Isso impede a realização de cruzamentos informacionais e a identificação de interseccionalidades¹⁰ que aumentem o viés de vulnerabilidade ao qual estas mulheres estão sujeitas. A ausência deste dado, limita as análises a conjecturas parciais ou microfocadas, restritas a um único marcador (a questão de gênero). Não se olvida, contudo, que os marcadores sociais da diferença se constituem por superposições, as quais devem ser valoradas e consideradas

¹⁰ Na lição de Crenshaw (2002), a interseccionalidade caracteriza-se pela sobreposição de duas ou mais características geradoras de discriminação, ou ensejadoras de vulnerabilidades.

construindo-se camadas de opressão que são sofridas pelos diferentes grupos.

Nessa perspectiva, Dias e Matos (2012) apontam que o Estado deve acatar as necessidades que a sociedade lhe demandar e partir disso criar políticas públicas que assegurem os direitos individuais e coletivos, sendo que:

Uma política pública, desse modo, pode ser considerada um programa de ação de um governo, que pode ser executada pelos próprios órgãos governamentais ou por organizações do terceiro setor (ONGs, OSCIPs, fundações, etc.) investidas de poder público e legitimidade governamental pelo estabelecimento de parcerias com o Estado como, por exemplo, as agências de desenvolvimento (Dias; Matos, 2012, p. 15).

Para que se criem políticas públicas e judiciárias, deve-se entender para quem essas estratégias, auxílios e intervenções estão sendo direcionadas. A atividade legislativa, executiva e judiciária deve equilibrar o exercício de seus poderes com a análise científica, sendo necessário compreender que “As leis nascem para produzir resultados, para resolver problemas. É necessário, portanto, avaliar se esses problemas são reais e se os resultados gerados são os esperados.” (IBCCRIM, 2022, p. 02). A carência de informações sobre as mulheres em âmbito processual dificulta ainda mais a criação de ferramentas e técnicas de intervenção do Estado para garantir não somente a segurança social, mas a plena tutela de seus direitos.

Para compreender a real dimensão das opressões de gênero e das demais discriminações a ele vinculadas, faz-se necessário olhar para a realidade e compreender os efeitos práticos que a aplicação das políticas vigentes está

surtindo, bem como analisar as demandas existentes e os pontos de inefetividade. Não se pode descurar que os marcadores de diferenças sociais operam e se desenvolvem “como efeitos de processos políticos e sociais” (Scott, 2005, p.29). As políticas públicas e judiciárias que pretendam combater o sistema de violências contra as mulheres devem se atentar às experiências vivenciadas pelas mulheres titulares destes direitos e vítimas deste sistema, tendo, portanto, como substrato não apenas os ideais do campo do “dever-ser”, mas também o conhecimento da realidade que se pretende tutelar. Para assim, pensar em estratégias plurais e efetivas voltadas à proteção feminina.

Ao pensar em práticas para a proteção da mulher, deve-se refletir acerca da ampliação das atuações sociais e romper com o modo tradicional que a estrutura jurídico-política lida com a divisão de gênero, seja nos espaços públicos ou privados. Nesta mesma lógica, as violências não devem ser enxergadas como fatos isolados, sendo necessário compreender seu caráter estrutural, que deve ser enfrentado a partir de uma rede de políticas de enfrentamento que mitiguem a manutenção de mecanismos violentos de sociabilidade, reconhecendo que não há relação pessoal ou familiar que se estabeleça totalmente fora dos arcabouços sociais estruturais. Refletir a respeito de meios de garantir os direitos femininos implica ruminar em torno da ajuda estatal, apontando-se a importância da criação das políticas públicas e judiciárias.

O avanço dos movimentos e reconhecimentos dos direitos das mulheres

ganharam força principalmente por conta da contribuição dos estudos e pesquisas a respeito de suas condições no aspecto social e jurídico (Costa; Sardenberg, 2005). Por conseguinte, a produção e a coleta de informações como base dos estudos são indispensáveis, seja por meio de levantamentos, monitoramentos, pesquisas, avaliações e diagnósticos detalhados. De modo geral, eles auxiliam na demonstração de estudos e resultados em potenciais, que são capazes de responder “o que” e “para quem” essas políticas e programas sociais estão sendo destinados.

Com isso, assimila-se que a efetividade dessas atividades depende, sobretudo, de informações estatísticas para sua avaliação e formulação (Howlett *et al.*, 2013). Logo, se por um lado os dados possibilitam estudos baseados em evidências, a fim de auxiliar na implementação e construção de políticas para reduzir desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas, existentes entre homens e mulheres, por outro, as pesquisas aqui apresentadas apontam a ausência de informações de mulheres no sistema judiciário, o que implica diretamente no seu funcionamento.

Sem a visibilidade das mulheres no processo judiciário, não é possível construir mecanismos de atuação complexos, voltados para diversas áreas e contextos socioeconômicos, o que impede que as políticas públicas levem em consideração a transversalidade de gênero e construam, concretamente, ações mais inclusivas e democráticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eloísa Machado de; ANGOTTI, Bruna Soares; FERREIRA, André; FRAGOSO, Nathalie; OLIVEIRA, Hilem. **Petição HC Coletivo 143641/SP**, 2017. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/dl/hc-presas-gravidas-maes-criancas-12-anos.pdf>. Acesso em 18 abr. 2023.

AMNESTY. **Brasil – um caso de violación bajo custodia pone al descubierto el aumento de los abusos contra mujeres**. 2007. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/60000/amr190222007es.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ANGELUCCI, Giulia de; GARCIA, Maria; PESSOA, Olivia Alves Gomes; & GOMES, Maria Tereza Uille. Mães presas: uma pesquisa empírica sobre o tratamento do judiciário às gestantes e mães encarceradas na Penitenciária Feminina do Paraná. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v.8, p.1-37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.19092/reed.v8i.538>. Acesso em 07 abr. 2023.

ANGELUCCI, Giulia de; PESSOA, Olivia Alves Gomes. Assassinato de mulheres: um estudo empírico dos processos de feminicídio no Paraná. In: VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: Saúde, Corpos e Poder na América Latina, 2021, São Leopoldo. **Anais do VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: Saúde, Corpos e Poder na América Latina**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021, p. 2390-2404.

ANGELUCCI, Giulia de; QUELUZ, Gabriela Alves; PESSOA, Olivia Alves Gomes. O Feminicídio no Paraná: uma Pesquisa Empírica. In: I Congresso Nacional Violência e Controle Social, 2020. **Anais do I Congresso Nacional Violência e Controle Social**, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Nova Fronteira, 2009

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. **Revista Direito GV**, v. 11 (2), p. 523-546, jul./dez. 2015.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ANGOTTI, Bruna. **Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão**. Brasília: Série Pensando o Direito, 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas-corpus nº 143.641/SP. Relator: Ricardo Lewandowski. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 9 out. 2020. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur433475/false>. Acesso em 10 abr. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígena**, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 31 jul. 2017. Disponível em: https://www1.unicap.br/neabi/?page_id=137. Acesso em 05 abr. 2023.

CASTILHO, Natalia Martinuzzi. **Pensamento descolonial e teoria crítica dos direitos humanos na América Latina: um diálogo a partir da obra de Joaquín Herrera Flores**. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Florianópolis, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório da consulta pública: o poder judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres**. Brasília: CNJ, p.103, [2019]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/7b7cb6d9ac9042c8d3e40700b80bf207.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

CORREA, S.; PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis**, vol.6, n.1-2, 1996, pp.147-177. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311996000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 03 ago. 2019.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. Teoría y praxis feminista en la academia: los núcleos de estudios sobre la mujer en las universidades brasileñas. In: BARTRA, Eli; CAREAGA, Gloria; GOLDSMITH, Mary (Orgs.). **Estudios feministas en América Latina y el Caribe**. México: PUEGUNAM y Maestría en Estudios de la Mujer/UAM, 2005, p. 108-126.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2295749&forceview=1>. Acesso em 18 abr. 2023.

DAVIS, Angela. **A Liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

DINIZ, Débora; COSTA, Bruna Santos; GUMIERI, Sinara. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 114, p. 225-239, mai./jun. 2015.

FACIO, Alda. Metodologías para el análisis de género del fenómeno legal. In: SANTAMARÍA, R. A.; SALGADO, J.; VALLADARES, L. (comp.). **El género en el derecho: Ensayos críticos**. Equador: Ministério de Justicia y derechos humanos, 2009.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Lei Maria da Penha: entre os anseios da resistência e as posturas da militância. In: FLAUZINA, Ana; FREITAS, Felipe; VIEIRA, Hector; PIRES, Thula. (Orgs.). **Discursos Negros: legislação penal**,

política criminal e racismo. Brasília, Brado Negro, 2015.

GÊNERO E NÚMERO. **Mapa da Violência de Gênero**, 2019. Plataforma interativa que disponibiliza o acesso às duas bases de dados sobre violência no Brasil. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br>. Acesso em 11 abr. 2023.

GOMES, Maria Tereza Uille; PESSOA, Olivia Alves Gomes; SILVEIRA, Brenda Emanuely Sant’Ana; KUSTER, Emanuelle de Oliveira; QUELUZ, Gabriela Alves; ANGELUCCI, Giulia de. Análise do fluxo processual dos processos de feminicídio no Estado do Paraná. **Revista Acadêmica – ODS e o Sistema de Justiça**, v.1, n. 1, p. 102-117, 2021.

GOMES, Maria Tereza Uille; PESSOA, Olivia Alves Gomes; WURSTER, Tani Maria; SILVEIRA, Brenda Emanuely Sant’Ana; KUSTER, Emanuelle de Oliveira; ANGELUCCI, Giulia de; CAMPANHARO, Jorge Luiz Rodrigues; GARCIA, Maria. Mães presas: uma pesquisa empírica sobre o tratamento processual dado às mães encarceradas na Penitenciária Feminina de Piraquara-Paraná. **Revista Acadêmica – ODS e o Sistema de Justiça**, v.1, n. 1, p. 118-133, 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HOBBSAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

HERRERA FLORES, J. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, Antonio Henrique Graciano Suxberger, Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública, seus ciclos e subsistemas**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS - IBCCRIM. **A (ir)racionalidade do processo legislativo penal**. [Editorial]. Boletim do IBCCRIM, n. 355, jun., 2022. Disponível em: <https://ibccrim.org.br/publicacoes/exibir/774>. Acesso em 18 abr. 2023.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em 15 abr. 2023.

JARDIM, Tânia Horsth Noronha; PALTRINIERI, Isabel Cristina Silva Marques. Categorização e definição dos serviços especializados e diretrizes gerais. In: MEDEIROS, Luciene (Org.). **Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher**. Rio de Janeiro: Letra Capital: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2018.

KUSTER, Emanuelle de Oliveira; ANGELUCCI, Giulia de; PESSOA, Olivia Alves Gomes. O encarceramento das mães traficantes: um estudo empírico na penitenciária feminina de Piraquara/Paraná. In: ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. (Org.). **Criminologias e Políticas Criminais: Letalidades do Sistema Penal**. Curitiba: Editora Íthala, 2021, p. 313-349.

KUSTER, Emanuelle de Oliveira; ANGELUCCI, Giulia de; PESSOA, Olivia Alves Gomes. Mães no cárcere: uma pesquisa empírica sobre as mães presas por tráfico de drogas na Penitenciária Feminina de Piraquara - Paraná. In: TOMAZONI, Larissa Ribeiro; LEME, Luana Aristimunho Vargas Paes; PRATA, Marcela; ABIKO, Paula. (Org.). **Mulheres e o Direito: Um chamado à real visibilidade**. Curitiba: Editora Sala de Aula Criminal, 2020, p. 123-142.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis *et al.* **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil.** Brasília: Ministério da Justiça, v. 1, p. 67, 2015.

MAGALHÃES GOMES, Camila de. Constituição e feminismo entre gênero, raça e direito: das possibilidades de uma hermenêutica constitucional antiessencialista e decolonial. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 18, n.3, p. 343 – 365, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv.18n.3.8593>. Acesso em 05 abr. 2023.

MAGALHÃES GOMES, Camilla de. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018.

MARÇAL, Ana Lea Chagas; SOUZA, Luanna Tomaz. Racionalidade neoliberal e recrudescimento da violência de gênero em tempos de pandemias: o caso da Amazônia brasileira. *In*: OLIVEIRA, Assis da Costa; SMITH, Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira; TEIXEIRA, Eliana Maria de Souza Franco. (Orgs.). **Direito e Desenvolvimento na Amazônia.** Florianópolis: Habitus, 2021.

MATHEWS, Shanaaz; JEWKES, Rachel & ABRAHAMS, Naeemah. (2015). ‘So now i’m the man’: intimate partner femicide and its interconnections with expressions of Masculinities in South Africa. **The British Journal of Criminology**, 55(1), 107–124. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/bjc/azu076>. Acesso em: 14 abr. 2023.

NUCCI, Guilherme Souza. **Código Penal Comentado.** Rio de Janeiro: Forense, 2002.

PESSOA, Olivia Alves Gomes. Processos de feminicídios tornam mulheres 'invisíveis' com falta de informações, no Paraná. [Entrevista cedida a] FILIPPIN, Natalia, HISING, Ederson. **Portal G1.** Paraná, mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/03/31/processos-de-feminicidios-tor>

nam-mulheres-invisiveis-com-falta-de-informacoes-narrativa-machista-diz-pes
quisadora.shtml Acesso em 10 abr. 2023.

PERROT, Michelle. **Les Femmes et les Silences de l’histoire**. Paris, Flammarion. Col. Champs, 2001.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SCIAMMARELLA, Ana Paula. Mobilização feminista, violência de gênero e práticas judiciais no Brasil: reflexões à luz das teorias dos sistemas sociais. **Revista Punto Género**, n. 7, p. 46-68, maio 2017.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2005, vol. 13, n. 1, pp-11-30.